



Um dia depois de se desculpar por causa da crise no STF, ministra volta ao tema. E adverte que confiança da sociedade na gestão pública alicerça a democracia

Rosinei Coutinho/STF



A democracia vive da confiança que o cidadão e a cidadã têm nas suas instituições. Eu digo isso com muito lamento pelos momentos que nós estamos passando de descrença, de desânimo com a administração pública. Como eu disse, erros são dos seres humanos, são dos nossos limites, mas a busca do acerto é uma imposição, é um dever que todos nós servidores temos para garantir essa confiança que faz com que cada pessoa possa acreditar no país, possa acreditar mais na democracia"

Ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal

Cármen lamenta haver descrença nas instituições

» LUÍZA ALTOÉ

Após pedir desculpas públicas à sociedade por não ter conseguido ajudar a evitar o desgaste do Supremo Tribunal Federal, a ministra Cármen Lúcia voltou ontem ao tema, embora sem mencionar diretamente a sessão de terça-feira que discutiria a abertura de um processo investigativo contra o ministro Alexandre de Moraes, também do STF. Ao participar da abertura do XXII Encontro Nacional de Controle Interno, em Belo Horizonte, lamentou o momento de “descrença e desânimo” da administração pública diante dos cidadãos. afirmou, ainda, que a busca por acertos é “dever” dos servidores públicos, como forma de garantir a confiança dos cidadãos, sobretudo, na democracia.

“A democracia vive da confiança que o cidadão e a cidadã têm nas suas instituições. Eu digo isso com muito lamento pelos momentos que nós estamos passando de descrença, de desânimo com a administração pública. Como eu

disse, erros são dos seres humanos, são dos nossos limites, mas a busca do acerto é uma imposição, é um dever que todos nós servidores temos para garantir essa confiança que faz com que cada pessoa possa acreditar no país, possa acreditar mais na democracia”, afirmou, no evento promovido pelo Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci), que prossegue hoje na capital mineira.

A ministra também destacou que a prestação de um bom serviço público é uma obrigação dos agentes públicos. Ela defendeu ainda o fortalecimento das estruturas de controle interno e melhores condições para o trabalho dos órgãos responsáveis pela fiscalização da administração pública. “Não é favor, não é uma prerrogativa, é uma obrigação que nós temos que cumprir com o apoio do controle, que precisa cada vez mais de ter o nosso instrumento de trabalho e ótimas condições de trabalho”, afirmou.

No fim da sessão de terça-feira, depois de momentos de confronto entre os ministros Moraes, Edson Fachin, Flávio Dino, André

Mendonça, Gilmar Mendes e Luiz Fux, no momento em que proferiu o voto contrário à junção dos processos investigativos de Moraes e Mendonça, a ministra disse estar “envergonhada” e em “profunda consternação e tristeza” com a crise no STF. Ela ainda pediu desculpas: “Talvez tenham esperado de mim uma postura diferente, de tentar resolver, e as coisas não foram resolvidas e cresceram demais”, observou.

Solidariedade

Em solidariedade, 12 coletivos de juízas e desembargadoras de todo o país enviaram flores e uma carta em apoio e solidariedade a Cármen Lúcia. Na mensagem, as magistradas dizem que a ministra “não está sozinha” e defenderam que ela diferencie os sentimentos de culpa e responsabilidade, sem transformar “em culpa pessoal a tristeza de quem ainda se importa profundamente”.

Ao prestarem solidariedade, as magistradas dizem que as flores representam o apoio de diversas mulheres que também atuam no

Judiciário. Ressaltaram que “conhecem, cada uma à sua maneira, o peso de decidir” em espaços que foram ocupados, ao longo da história, majoritariamente por homens.

Para as juízas e desembargadoras, o discurso da ministra na sessão não representou uma confissão de culpa, mas de “humanidade”. “Clarice (Lispector) precisou imaginar que alguém lhe dava a mão para conseguir atravessar a experiência que narrava. A senhora, ministra, não precisa imaginar. Estamos aqui. Por trás de cada uma destas flores existe uma mulher estendendo a mão”, frisam.

Nas redes sociais, o coletivo Candangas TJDF, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, afirmou que o gesto de Cármen Lúcia foi uma forma de demonstrar reconhecimento à trajetória, à sensibilidade e à atuação da ministra no Judiciário.

“Em momentos de consternação, a sororidade também se faz presente: ninguém precisa atravessar sozinho momentos difíceis”, escreveu. **(Com Agência Estado)**

Divulgação



Candidata crê que chegou a hora de uma jurista negra no Supremo

nunca tivemos duas mulheres ao mesmo tempo. Aliás, só tivemos duas mulheres”, disse, referindo-se às ministras aposentadas Ellen Grace e Rosa Weber.

Entre as medidas para reformar o Judiciário, ela defende o fim

dos penduricalhos e que decisões monocráticas no STF sejam, posteriormente, avaliadas pelo plenário da Corte. Tebet ainda expressou o desejo de participar, caso eleita ao Senado, da comissão que irá avaliar questões relacionadas ao Judiciário.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Moraes, um cabo eleitoral involuntário de Flávio contra Lula

O ministro Alexandre de Moraes parece aquele amigo inconveniente a quem se deve um grande favor, mas cuja presença, num momento de crise, passa a produzir constrangimentos e prejuízos. É mais ou menos essa a situação entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o magistrado. Sem desconsiderar a responsabilidade dos demais ministros — inclusive de alguns indicados pelo próprio Lula —, a manobra construída na sessão de terça-feira para adiar uma decisão sobre a abertura de investigação contra Moraes transformou o Supremo Tribunal Federal (STF) num passivo eleitoral para o presidente da República.

É uma grande ironia. Moraes foi o principal responsável pela condução dos processos que levaram à condenação de Jair Bolsonaro e de seus aliados pela tentativa de golpe de Estado de 8 de janeiro de 2023. Por isso, tornou-se símbolo da resistência institucional aos ataques à democracia. Agora, porém, as suspeitas sobre suas relações com o banqueiro Daniel Vitoraro, antigo controlador do Banco Master, fazem do ministro, involuntariamente, o maior cabo eleitoral que Flávio Bolsonaro poderia desejar para desgastar Lula a menos de três semanas da eleição.

A sessão do STF forneceu à oposição imagens e declarações devastadoras. Gilmar Mendes chamou André Mendonça de “policialesco” e o acusou de “desfaçatez”. Mendonça reagiu aos gritos: “A desfaçatez é de Vossa Excelência! Me respeite!”. Diante do confronto, Flávio Dino interrompeu o julgamento com um pedido de vista: “Se Vossa Excelência vai ficar assistindo a isso, eu não vou. Faço um pedido de vista. O clima é daí para pior e o país assistindo”.

O país assistiu ministros votarem em processos nos quais seus próprios interesses estavam em jogo. Moraes pediu a reunião do pedido de investigação contra ele com a representação que apresentou contra Mendonça. Este, por sua vez, votou pela separação dos casos. Viu também Cármen Lúcia pedir desculpas aos brasileiros e declarar-se envergonhada porque o país, a poucos dias das eleições, está voltado para as disputas internas do Supremo.

Ao pedir vista, na sessão plenária de terça-feira do Supremo, Dino evitou uma escalada verbal, mas apenas transferiu o desfecho para depois das eleições, sem evitar o desgaste da Corte. A suspeita de que o pedido de vista serviu para proteger Moraes é politicamente mais poderosa do que os argumentos processuais apresentados. Para o eleitor, o Supremo fez tudo para impedir que um de seus integrantes fosse investigado.

É nesse terreno que Flávio Bolsonaro avança. No Ceará, afirmou que “ninguém aguenta mais os ministros do Lula no Supremo melando o Brasil” e procurou colar as duas imagens: “Quem está votando em Lula está votando em Alexandre de Moraes”. Trata-se de uma simplificação oportunista, mas eleitoralmente eficiente. A presença destacada de Dino, ex-ministro da Justiça e indicado por Lula, e de Cristiano Zanin, antigo advogado do presidente, no grupo favorável à estratégia que beneficiou Moraes, alimenta a narrativa bolsonarista.

Armadilha eleitoral

Flávio também tenta fazer da segurança pública outro eixo de sua campanha. Promete “libertar o Ceará” das facções criminosas e acusa os governos petistas de entregarem o estado ao crime organizado. A ofensiva coincide com o relatório de Donald Trump, segundo o qual o governo brasileiro “falhou” no combate ao Primeiro Comando da Capital e ao Comando Vermelho. Classificadas por Washington como organizações terroristas, as duas facções, segundo Trump, teriam transformado o Brasil num centro relevante do fluxo mundial de cocaína.

A declaração não pode ser examinada isoladamente. Trump elogiou governos ideologicamente alinhados aos Estados Unidos e atacou adversários ou países com os quais mantém disputas. A seletividade política do documento é evidente. Ainda assim, ao exigir que o Brasil adote “medidas agressivas” contra o PCC e o CV, o presidente norte-americano introduz na campanha brasileira uma questão de soberania. E já não se pode descartar que Washington cogite medidas unilaterais contra pessoas, empresas ou estruturas financeiras no Brasil, supostamente relacionadas às facções, com grande repercussão política e econômica.

A atuação de Eduardo Bolsonaro amplia o risco. Autoexilado nos Estados Unidos, ele se reuniu com representantes do Departamento de Estado para apresentar um “briefing” sobre a crise do Supremo e anunciou que trabalha por uma nova rodada de sanções contra ministros brasileiros. Essa estratégia pode favorecer Flávio Bolsonaro, mas contém uma contradição: ele próprio é investigado por suspeitas relacionadas ao financiamento do filme *Dark Horse*, sobre a trajetória de Jair Bolsonaro, com recursos que teriam sido solicitados a Vitoraro. Inicialmente, Flávio negou conhecer o banqueiro; depois, diante das mensagens divulgadas, admitiu o contato e o pedido de financiamento, embora negue as irregularidades.

Lula procura escapar dessa armadilha. Reconheceu que “a imagem não está boa”, chamou Vitoraro de “mafioso” e afirmou que todo aquele que cometer delito deve pagar, “isso vale para mim, para Alexandre de Moraes, para Fachin”. Ao mesmo tempo, recordou o papel de Moraes na defesa da democracia e cobrou de Fachin uma solução capaz de impedir que a crise contamine a eleição. Defendeu ainda a abertura integral do sigilo e uma reforma do Judiciário acompanhada de uma reforma política.

O problema é que a hesitação do Supremo torna insuficiente o esforço de Lula para se descolar de Moraes.